



FACULDADES MAGSUL

ADRIELI DA SILVA QUEIROZ

**A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE
AMAMBAI – MS
2018**

Ponta Porã

2018

ADRIELI DA SILVA QUEIROZ

**A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE
AMAMBAI – MS
2018**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado a Banca Examinadora das Faculdades Magsul de Ponta Porã, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Ma. Cinthya Lorena Larrea Viera.

Ponta Porã

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q3i Queiroz Adrieli da Silva.

A importância da psicopedagogia para educação infantil em uma escola pública de Amambai – MS 2018 / Adrieli da Silva Queiroz – Ponta Porã, MS, 2018. 49p.; 30 cm.

Orientador (a): Prof^a. Ma. Cinthya Lorena Larrea Viera.

Monografia (graduação) – Faculdades Magsul - Ponta Porã - MS. Curso de Pedagogia.

1. Educação infantil. 2. Aprendizagem. 3. Psicopedagogia. I. Viera, Cinthya Lorena Larrea. II. Título.

CDD: 370.15

ADRIELI DA SILVA QUEIROZ

**A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA PARA EDUCAÇÃO
INFANTIL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE AMAMBAI – MS 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado a Banca Examinadora das Faculdades Magsul de Ponta Porã, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ma. Cinthya Lorena Larrea Viera.

Banca Examinadora

Orientadora: Prof. Ma. Cinthya Lorena Larrea Viera
Faculdades Magsul de Ponta Porã

Prof. Esp. Cristiane de Oliveira Soares Moreira
Faculdades Magsul de Ponta Porã

Ponta Porã, 05 de dezembro de 2018.

Dedico esse trabalho a Deus, a minha família, em especial minha mãe Thania Regina, ao meu marido, Emerson Macena aos meus amigos de graduação que levarei para a vida, Érica Oliveira e Rafael Sanches, e para a sensível Natália Almeida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço por ter conseguido chegar onde cheguei, me desenvolvi como pessoa e como profissional. Agradeço por ter amigos que me apoiaram e ficaram ao meu lado durante todo o curso, um apoiando o outro do começo até o fim.

Agradeço por ter uma família unida que sempre acreditou em mim e no meu potencial, e por nunca me deixarem desistir.

Agradeço aos professores que contribuíram para que isso fosse possível, em especial a coordenadora do curso Emne Mourad Boufleur e a minha orientadora Cinthya Lorena Larrea, com elas aprendi muito e com certeza nunca esquecerei das nossas experiências.

Enfim, agradeço por todos os momentos que passei durante os quatro anos de faculdade, sendo bons ou ruins, por todas as viagens terem sido abençoadas e por Deus ter me dado sabedoria e força pra continuar.

QUEIROZ, Adrieli da Silva. **A importância da psicopedagogia para a educação infantil em uma escola pública de Amambai-MS 2018**. 49 páginas. Trabalho de Conclusão (Graduação em Pedagogia) – Faculdades Magsul, Ponta Porã, 2018.

RESUMO

Uma profissão que tem conquistado seu espaço dentro das instituições escolares é a psicopedagogia. A mesma é uma área da ciência que auxilia alunos com dificuldades comportamentais e de aprendizagem, no contexto escolar, familiar, entre outros. A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender em que medida a psicopedagogia auxilia no processo de aprendizagem da educação infantil, com crianças em idades entre 4 a 6 anos. Assim como, realizar uma pesquisa bibliográfica para conhecer a história da Psicopedagogia como ciência em ascensão; compreender a atuação do psicopedagogo no campo da Educação Infantil; e por último, acompanhar o trabalho do psicopedagogo dentro da escola a fim de compreender como ele faz suas avaliações. Este estudo se realizou em uma escola municipal infantil, efetuando primeiramente o levantamento bibliográfico sobre o tema, posteriormente o acompanhamento do trabalho da psicopedagoga na sala de recursos da escola em que atua, após foi verificado como a atuação da profissional contribui para a melhoria da vida escolar da criança que recebe seu atendimento e por fim, foi feito a análise de todos os procedimentos para comparar o que foi estudado bibliograficamente com os resultados encontrados na prática. Com essa pesquisa, foi possível compreender a realidade de ensino do profissional em psicopedagogia dentro de uma escola pública. Por meio dos dados obtidos conseguimos refletir sobre as práticas e métodos existentes fora dos muros da faculdade, aperfeiçoando a maneira de pensar e de analisar o meio em que vivemos. Durante a realização do projeto, entendemos que o trabalho de um psicopedagogo na escola abrange muita responsabilidade, sendo esse profissional um componente muito importante para o ensino e aprendizagem de crianças que precisam de um auxílio especializado.

Palavras-chave: 1. Educação Infantil. 2. Aprendizagem. 3. Psicopedagogia.

QUEIROZ, Adrieli da Silva. **A importância da psicopedagogia para a educação infantil em uma escola pública de Amambai-MS 2018**. 49 páginas. Trabalho de Conclusão (Graduação em Pedagogia) – Faculdades Magsul, Ponta Porã, 2018.

ABSTRACT

One profession that has conquered its space within the school institutions is the psicopedagogia. It is an area of science that assists students with behavioral and learning difficulties, in the school context, family, among others. The present research aims to understand the extent to which psychopedagogy helps the learning process of early childhood education with children aged 4 to 6 years. As well, to carry out a bibliographical research to know the history of Psychopedagogy as ascending science; understand the performance of the psychopedagogue in the field of Early Childhood Education; and lastly, to follow the work of the psycho-pedagogue within the school in order to understand how he makes his assessments. This study was carried out at a municipal school for children, firstly carrying out the bibliographic survey on the subject, followed by the work of the psychopedagogue in the resource room of the school where it operates, after which it was verified how the professional's performance contributes to the improvement of life of the child that receives their care and, finally, the analysis of all the procedures was done to compare what was studied bibliographically with the results found in the practice. With this research, it was possible to understand the teaching reality of the professional in psychopedagogy within a public school. Through the data we have been able to reflect on the practices and methods that exist outside the walls of the university, improving the way of thinking and analyzing the environment in which we live. During the realization of the project, we understand that the work of a psycho pedagogue at school involves a lot of responsibility, being this professional a very important component for the teaching and learning of children who need specialized assistance.

Key words: 1. Childhood Education. 2. Learning. 3. Psychopedagogy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO INFANTIL APRENDIZAGEM E PSICOPEDAGOGIA.....	15
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
2.1.1 Aprendizagem.....	19
2.1.1.1 Psicopedagogia.....	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS.....	47
ANEXO A - Crianças atendidas na sala de recursos	48
ANEXO B - Crianças aprendendo dentro e fora da sala de aula	48
ANEXO C - Materiais diferenciados utilizados pela profissional.....	49
ANEXO D - Aprendendo de maneira lúdica.....	49

1 INTRODUÇÃO

A psicopedagogia vem conquistando espaços nas escolas no âmbito da educação para crianças e adultos. Essa área da ciência é muito importante para auxiliar alunos com dificuldades comportamentais e de aprendizagem, não só escolar, mas também familiar, entre outros ambientes.

E de acordo com Silva e Lorenzini,

Por mais que tenham se passado 58 anos desde os primeiros registros da atividade de uma psicopedagoga no Brasil, que haja aqui no país formação específica na área de Psicopedagogia desde a década de 1970 e que existam desde 1997 projetos de lei para regulamentar esta profissão, ainda não há uma definição desta situação. Projetos de lei foram apresentados nos anos 1997 (PL 3.124), 2008 (PL nº 3.512-C) e 2010 (PL nº 31), no entanto, nenhum deles entrou em vigor na forma de Lei. (SILVA; LORENZINI, 2017, p. 15113).

Observamos que a psicopedagogia não é uma profissão regulamentada até os dias de hoje, mas que existem vários projetos de leis que estão em análise para fazer com que essa profissão seja reconhecida, e que algum deles entre em vigor.

Dentro dessa perspectiva, o assunto abordado neste trabalho será voltado para o trabalho do psicopedagogo com o público infantil, ressaltando sua importância como elemento auxiliar no processo de aprendizagem para crianças de 4 a 6 anos.

Diante das vivências que a criança traz para a sala de aula, questiona-se: como a psicopedagogia auxilia no processo de aprendizagem? De que maneira a psicopedagogia pode auxiliar no processo de descobertas de transtornos durante a educação infantil?

Por meio dos problemas encontrados, temos por hipótese uma situação em que professor pode observar o comportamento da criança quando esta demonstrar um perfil diferenciado com as seguintes características: falta de atenção; dificuldade de aprendizagem; não conseguir se socializar e realizar algumas atividades. Dessa maneira, o professor deve encaminhar a criança para o psicopedagogo da escola e com os devidos acompanhamentos do profissional, o psicopedagogo pode verificar se a criança possui algum transtorno ou não. Se algum problema for detectado, a criança será encaminhada para um psicólogo ou um neurologista. Dessa forma, quanto mais cedo o professor observar alterações de comportamento e encaminhar para o

psicopedagogo, mais cedo o psicopedagogo conseguirá realizar seu trabalho de descoberta.

Para a investigação dos problemas temos por objetivo geral: compreender em que medida a psicopedagogia auxilia no processo de aprendizagem de alunos de uma escola municipal de cunho infantil, com crianças em idades entre 4 a 6 anos, que estudam no turno matutino e vespertino. E específicos: realizar uma pesquisa bibliográfica para conhecer a história da Psicopedagogia como ciência em ascensão; compreender a atuação do psicopedagogo no campo da Educação Infantil; e por último, acompanhar o trabalho do psicopedagogo dentro da escola a fim de compreender como ele faz suas avaliações.

Em pesquisas já desenvolvidas sobre o assunto abordado, observamos que “a psicopedagogia auxilia na qualidade do ensino, que vem crescendo no âmbito escolar”, (SANTOS, 2009, p. 19). Dessa forma, podemos dizer que a psicopedagogia é um campo que está sendo cada vez mais explorado, portanto está conquistando seu espaço muito rapidamente nas instituições escolares.

Verificamos também que o psicopedagogo tem alguns papéis a cumprir em uma escola, que de acordo com Santos (2009, p. 20),

Pode ser desenvolvido em diferentes níveis, propiciando aos educadores conhecimentos para reconstruir seus próprios modelos de aprendizagem, identificar diferentes etapas do desenvolvimento evolutivo dos alunos, preparar o diagnóstico no próprio âmbito escolar e se necessário encaminhá-lo para fora da escola, perceber se processou a evolução dos conhecimentos nos alunos, compreender melhor o processo de construção de conhecimento, saber intervir na melhoria da qualidade do ambiente escolar, compreender a competência técnica e do compromisso político em todas as dimensões do sujeito.

Entende-se que o psicopedagogo tem uma gama de funções a serem executadas dentro de uma instituição, sendo assim, o mesmo precisa estar muito bem preparado para o exercício de seu trabalho, pois não estará lidando apenas com as crianças e seus possíveis transtornos, para complementar Pereira e Santos (2017, p. 7770) afirmam,

O trabalho do psicopedagogo se corporifica tanto na formação dos profissionais da Educação Infantil, quanto em campo direto com os pais. Sob a ótica de quem conhece cada fase da infância e se aprofundou em conhecimentos específicos de sua área, é possível realizar um diagnóstico psicopedagógico da criança, do grupo e da instituição, propondo reflexões e melhorias para a mesma, levando todos ao crescimento pessoal e profissional.

Portanto, esse profissional deve abraçar a escola como um todo, se atentando em todos os aspectos, pois todos que fazem parte da escola contribuem de alguma forma para a vida das crianças que estão inseridas nela.

Em estudos anteriores destaca-se a importância do papel dos familiares na vida da criança que está numa instituição de ensino, e de acordo com Soares e Sena (2000, p. 3),

A família desempenha um papel primordial no processo de aprendizagem dos alunos, pois muitas vezes os pais não querem enxergar a criança com as suas dificuldades. O vínculo afetivo é primordial para o bom desenvolvimento da criança. A atuação psicopedagógica se propõe a incluir os pais no processo de desenvolvimento dos seus filhos, por intermédio de reuniões e possibilitando o acompanhamento do trabalho realizado junto aos professores.

Também destacam que,

Os pais quando colocam os seus filhos na escola desejam que elas sejam bem sucedidas e por isso quando este desejo não se realiza como esperado, surge a frustração, rotulando muitas vezes a criança como incapaz, surgindo conseqüentemente as dificuldades na aprendizagem. (SOARES; SENA, 2000, p. 3-4).

Entendemos que cabe ao psicopedagogo manter contato com a família da criança para que em conjunto possam ajudá-la a desenvolver suas potencialidades ao máximo, caso contrário, na ausência desse contato entre família e escola, todos os envolvidos se veem prejudicados, em especial a criança.

Por meio disso, podemos dizer que os pais e familiares tem uma grande parcela de responsabilidade na vida escolar da criança, e cabe a eles, incentivar, acreditar e respeitar essa criança, em suas limitações ou sucessos.

Visto que o psicopedagogo tem um grande papel a cumprir dentro e fora de uma instituição, percebemos que seu trabalho é muito relevante, e nesse intuito Soares e Sena, (2000, p.8) dizem que o mesmo “estimula o desenvolvimento de relações interpessoais, o estabelecimento de vínculos, a utilização de métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções a respeito desse processo”.

Ainda em questão de relevância afirmam que,

O profissional da Psicopedagogia propõe e auxilia no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais, visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades da criança, bem como pode contribuir para que os alunos sejam capazes de olhar esse mundo em que vive de saber interpretá-lo e de nele ter condições de interferir com segurança e competência. (SOARES; SENA, 2000, p. 8)

Sendo assim, podemos concluir que o psicopedagogo tem grandes funções e responsabilidades que podem designar outro destino para a vida das crianças que fazem parte da educação infantil e da sociedade em que estão inseridas, fazendo com que as mesmas consigam se desenvolver com mais criticidade, com mais estímulo, e capacidade de analisar o mundo tornando-se cidadãos reflexivos.

De acordo com Bossa (2000, p. 13) “a Psicopedagogia no Brasil tem hoje uma história de 30 anos”, e a mesma está despertando muita atenção nas instituições escolares como um todo. Atentamos para a relevância deste estudo para contribuir com essa área em franca expansão nas últimas décadas no país.

Segundo a autora, “à primeira vista, o termo sugere tratar-se de uma aplicação da Psicologia a Pedagogia, porém tal definição não reflete o significado que esse termo assume em razão do seu nascimento”, a psicopedagogia nasceu de uma necessidade de compreender o processo de aprendizagem nas escolas, e “não se basta como aplicação da Psicologia em Pedagogia”, (BOSSA, 2000, p. 17).

No que concerne à educação infantil, conforme Silva e Francischini (2012 p. 261) as instituições de educação infantil “datam de 1877 e 1880 os primeiros jardins de infância no Brasil”, compreendemos que a educação infantil já vem sendo pensada há muito tempo, mesmo que a maneira de ensinar se modifique com o passar dos anos.

Segundo Kramer (1995 apud Pinheiro, 2008, p.41) as crianças devem ser vistas como “pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem”. Por meio disso, entendemos que as crianças precisam de respeito e valorização, sendo vistas como seres que produzem cultura como qualquer adulto, dignas de receber uma educação de qualidade nas escolas, desde muito pequenas.

É nesse sentido que pensamos em fazer um estudo sobre como o psicopedagogo ajuda essa criança dentro da escola, oferece apoio para que a mesma se desenvolva durante o processo de ensino e aprendizagem e diagnostica uma criança com transtornos.

Segundo Scalzer e Silva (2015, p. 2), o psicopedagogo deve fazer “uma observação minuciosa e uma escuta atenta sem “pré-conceitos””, para que entenda a dificuldade que tal criança apresenta e qual o problema que a instituição escolar enfrenta. De acordo com o autor, cabe ao profissional,

Perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. (SCALZER; SILVA, 2015, p. 2-3).

Verificamos assim, que o psicopedagogo deve intervir de várias formas dentro e fora do âmbito escolar, e que quanto mais ele participar da vida da criança, mais ele conseguirá se aproximar dela, e assim, será mais fácil identificar os possíveis transtornos que ela possui.

Para diagnosticar uma criança com algum tipo de transtorno e/ou dificuldade de aprendizagem, o psicopedagogo deve,

Ter a consciência de observar o indivíduo como um todo: coordenação motora ampla, aspecto sensoriomotor, dominância lateral, desenvolvimento rítmico, desenvolvimento motor fino, criatividade, evolução do traçado e do desenho, percepção espacial e visiomotora, orientação e relação espaçotemporal, aquisição e articulação dos sons, aquisição de palavras novas, elaboração e organização mental, atenção e coordenação, bem como expressões, aquisição de conceitos e, ainda, desenvolvimento do raciocínio logicomatemático. (SCALZER; SILVA, 2015, p. 3)

Sendo assim, esse profissional precisa analisar a criança em sua totalidade, não apenas em certos aspectos, de modo que se possa ter certeza de suas dificuldades.

Por muitos motivos é importante que o diagnóstico da criança seja feito o quanto antes possível, pois de acordo com Scalzer e Silva (2015, p. 3),

As crianças que apresentam dificuldades na escola, na compreensão de novas habilidades, estão correndo o risco de terem problemas nas diferentes áreas escolares e na vida em geral, no seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, como um todo. Tais dificuldades são de grande importância, pois os problemas entre o potencial da criança e a sua execução, devem ser avaliados com cuidado por um profissional especializado em dificuldades de aprendizagem.

Pelas razões explicitadas acima ressaltamos a relevância deste estudo para a compreensão do trabalho do psicopedagogo ao auxiliar uma criança com dificuldades na educação infantil e como esse auxílio contribui para que a mesma tenha um bom desenvolvimento escolar.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL, APRENDIZAGEM E PSICOPEDAGOGIA

Neste capítulo, discorreremos sobre as palavras-chave utilizadas como base para esta pesquisa. Abordarei sobre as leis que regem e regulamentam a educação infantil, a aprendizagem e a psicopedagogia, com contribuições de autores/estudiosos sobre os determinados assuntos.

2.1 Educação Infantil

É muito importante nos atentarmos para o que as leis dizem sobre os direitos e deveres das crianças, pais e professores dentro de uma escola, para assim estarmos cientes de como atuar no campo da educação infantil e qual a função de cada um.

Conforme nos diz Andrade (2010, p. 79), sobre os direitos da criança,

O reconhecimento dos direitos da infância e da condição da criança como sujeito de direitos é fato recente na história brasileira e em outros países do mundo. A história dos direitos da infância, assim como a história da criança, é uma construção social configurada pelo caráter paradoxal quanto ao reconhecimento da necessidade do direito e aos entraves para sua efetivação.

Observamos então, que levou algum tempo até que a criança pudesse ser vista como um ser humano que precisa ter seus direitos efetivados, e conforme foram surgindo ideias de alguns estudiosos isso foi se desenvolvendo. Algum tempo passou até que as necessidades de criança e infância começaram a ser reconhecidas, e ainda conforme Andrade,

No século XIX, a criança será reconhecida como uma categoria social com necessidades de proteção, em especial pelas contribuições das ciências da Pedagogia, Psicologia e Medicina. Porém, será no século XX que novos significados serão atribuídos à infância, “através de uma nova conscientização de que as crianças eram fontes humanas essenciais, de cuja dimensão maturacional iria depender o futuro da sociedade” (Soares, 1997, p.78 apud Andrade, 2010, p. 81).

Algum tempo se passou até que começou a se surgir leis que regulamentavam a educação para crianças. Nos dias atuais contamos com apoio da Constituição Federal de (1988), Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), que nos trazem o que está em vigor quando se fala de educação para a criança.

Portanto, de acordo com o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB, 2017, p. 22).

Em primeira instância, verificamos que a educação infantil deve ser como um complemento ao que a criança carrega consigo, de aprendizagens que recebe em casa e na comunidade, acontecendo de forma harmoniosa que desenvolva a criança por completo.

Conforme o Art. 30,

A educação infantil será oferecida em:

I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II –Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (LDB, 2017, p. 22).

Segundo o Art. 31,

A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (LDB, 2017, p. 22).

Concluimos que é direito da criança a partir de seus 4 anos de idade receber um ensino de qualidade, que ocorra por pelo menos 4 horas por dia, sendo a instituição escolar uma das responsáveis por averiguar a frequência dessa criança na escola e as medidas cabíveis a serem tomadas diante de cada situação.

Esses são direitos das crianças que precisam ser cumpridos, pois de acordo com o Art. 2º da LDB,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 2017, p. 8).

Sendo assim, a educação infantil também deve ser valorizada, assim como qualquer outra modalidade, pois é desde muito cedo que a formação da criança como cidadão acontece.

E conforme o Art. 3º,

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extraescolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII – consideração com a diversidade étnico-racial; (LDB, 2017, p. 8-9).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases, o ensino para a Educação Infantil deve ser valorizado, ensinando as crianças a respeitar o outro e a si mesmas desde pequenas, esse nível educacional deve ser fornecido gratuitamente com a valorização do profissional dessa área.

De acordo com o Art. 4º, sobre o direito a educação e do dever de educar, verificamos que,

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno os globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (LDB, 2017, p. 9-10).

Sendo assim, compreendemos que a educação escolar deve ser garantida para as crianças e jovens, de maneira inclusiva para os educandos que precisarem de um acompanhamento especializado. Ainda conforme a Lei de Diretrizes e Bases os direitos da criança são,

[...] VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade; (LDB, 2017, p. 9-10).

A educação precisa ser fornecida com qualidade, tendo profissionais especializados na área, visando um ensino-aprendizagem que possa ter significado

de forma universal, onde todas as crianças tenham seus direitos preservados de acordo com suas especificidades. Nesse sentido, atentamos para o papel do psicopedagogo dentro desse nível educacional como especialista que colabora no ensino e aprendizagem das crianças na educação infantil.

Sobre a educação, no capítulo III na seção I da Constituição Federal, Art. 205, vemos que,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123).

E conforme o Art. 206 da Constituição Federal,

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006) I– igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II– liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III– pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV– gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V– valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI– gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII– garantia de padrão de qualidade; [...]. (BRASIL, 1988, p. 123).

Por meio dessas leis, percebemos que a educação é dever da família, do Estado e da sociedade garantir a inserção das crianças na escola.

De acordo com o Referencial Curricular de 1998, “A instituição deve criar um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança às crianças”, isso para que as crianças sejam capazes de,

ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas; identificar e enfrentar situações de conflitos, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade; valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências; brincar; adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência; identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe. (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 1998, p. 27-28).

A aprendizagem desenvolvida desde a tenra idade revela-se diferenciada e efetiva, por isso, torna-se imperativo pensar no futuro do país atrelado ao das crianças

e uma educação de qualidade cuja responsabilidade é da família, do Estado e da sociedade.

2.1.1 Aprendizagem

A aprendizagem é condição inerente do processo de desenvolvimento do ser humano. Desde pequenos somos estimulados a aprender diversas coisas, e isso é variável ao contexto no qual estamos inseridos e as pessoas que nos rodeiam.

Em relação a aprendizagem José e Sandra afirmam que,

As etapas do desenvolvimento emocional pelas quais uma criança passa desde a sua concepção até a adolescência é algo extremamente fascinante. Desenvolver significa progredir, crescer, amadurecer e conforme a criança vai crescendo, se desenvolvendo, vai apreendendo novas experiências que ficam registradas na memória celular em forma de imprintings, marcas, registros. (VOLPI; VOLPI, 2006, p. 1).

O profissional deve compreender as etapas pelas quais a criança passou em sua vida, deste modo, ele saberá quais as experiências que a mesma traz, boas ou ruins. Sua maneira de agir deve privilegiar as experiências da criança individualmente para compreender a formação da identidade deles.

A criança passa por várias etapas enquanto aprende e se desenvolve desde o seu nascimento até o fim da vida, se baseando nisso José e Sandra Volpi nos descrevem algumas etapas que são comuns no processo de crescimento do indivíduo.

Conforme a etapa de sustentação, os autores afirmam que, “É a primeira etapa do desenvolvimento que tem seu início na fecundação e se estende durante todo o período de amamentação, ou seja, até o nono mês de vida”. (VOLPI; VOLPI, 2006, p. 02). Essa fase é importante porque é quando começa a vida do indivíduo, e nessa etapa virão suas primeiras experiências.

Conforme a etapa de incorporação, “Esta etapa tem início logo após o nascimento e finaliza com o desmame, que deverá ocorrer por volta do nono mês de vida, quando o bebê já tem dentes suficientes para triturar seu próprio alimento”. (VOLPI; VOLPI, 2006, p. 05). Essa etapa se refere quando a criança começa a ingerir outros tipos de alimentos, sem ter a necessidade do leite materno, não que esse se faça menos importante para o seu desenvolvimento nessa fase.

Conforme a etapa de produção, “A etapa de produção tem seu início com o desmame e se estende até o final do terceiro ano de vida ou para algumas crianças,

pode até mesmo ocorrer um pouco antes”. (VOLPI; VOLPI, 2006, p. 06). Essa fase se refere quando a criança já consegue se alimentar como um adulto, já ingere vários tipos de alimentos, e assim começa a etapa do desmame.

De acordo com a etapa de identificação observamos que,

É a partir do quarto ano de vida que se inicia a etapa que a criança é capaz de fazer identificações. Ela que se estende até o final do quinto ano de vida. É a etapa em que a energia volta-se para a descoberta dos genitais e a criança passa a distinguir a diferença entre menino e menina e a ter uma idéia segura quanto ao sexo que pertence. (VOLPI; VOLPI, 2006, p. 07)

E ainda,

É aí que surgem as primeiras perguntas sobre o tamanho dos genitais e pêlos dos pais e sobre o sexo dos animais, ao mesmo tempo em que a criança tem curiosidade para ver tudo o que a isso diz respeito. Ocorrem as primeiras masturbações, mas como mera fricção do genital, sem nenhuma intenção ou fantasia, o que deve ser encarado com naturalidade e sem punições. (VOLPI; VOLPI, 2006, 07).

É uma fase de descobrimento para aquela criança, a curiosidade toma conta dela e ela acaba querendo saber de tudo, por isso faz muitas perguntas e tem necessidade de aprender sobre o que ainda não conhece. Também se torna egocêntrica, e prefere mais a sua própria companhia. Sendo assim, observamos que todas as etapas apontadas pelos autores são muito relevantes, pois na nossa realidade é comum conviver com crianças que estão passando por algumas dessas fases citadas por eles.

Segundo José e Sandra, a etapa de estruturação e formação do caráter tem, “Essa etapa tem início aos cinco anos de vida e se estende durante toda a puberdade, até o início da adolescência”. (VOLPI; VOLPI, 2006, p. 07). Essa etapa é uma das mais importantes na vida do ser humano, pois é nela que criamos nossa concepção de mundo e a visão que teremos sobre ele e nossas atitudes.

Quando pequenos formamos nossa consciência, sobre honestidade ou caráter, e isso dependerá muito do meio em que a criança está inserida e conseqüentemente do adulto presente na vida dela.

Identificamos por meio disso o valor da criança assim como qualquer adulto, seus direitos e deveres devem ser assegurados, tanto em casa como na escola.

Quando a criança é inserida na escola, descobre outra realidade, é uma rotina com a qual ela não estava acostumada, e quando cria uma relação de confiança com seu professor, este tem uma grande responsabilidade em mãos, por isso é importante que o profissional tenha algumas práticas diferenciadas em sala de aula.

De acordo com Silva, Andrade e Moraes (2011, p. 2),

O professor que brinca junto com seus alunos proporciona aos mesmos diferentes oportunidades de ampliar o conhecimento e de interagir com outros colegas. Nesta interação o ambiente se torna fértil para que a criança sinta, pense, expresse e dê significado às relações que permeiam sua vida, tornando o processo ensino-aprendizagem menos penoso e mais prazeroso.

Estes autores nos mostram a importância da interação das crianças umas com as outras e com os próprios professores, isso está diretamente ligado com a personalidade que a criança poderá desenvolver de acordo com os estímulos recebidos.

Em relação a aprendizagem também nos dizem,

a aprendizagem se dá de forma natural, ao longo de nossas vidas estamos sempre aprendendo. No entanto a temporalidade desta aprendizagem deve ser respeitada e o espaço deve ser propício e neste processo o professor é peça fundamental, pois ele é quem fará as interferências necessárias para que tal aprendizagem ocorra. (SILVA; ANDRADE; MORAES, 2011, p. 2).

Cada criança tem seu próprio tempo de aprendizagem, algumas vão mais rápido que outras, e o professor é o responsável por estimular a criança e fazer com que as outras a respeitem e entendam o seu tempo.

De acordo com Weistein (2010, p. 02), em relação aos transtornos de aprendizagem,

Os TEA são classificados em subtipos, dependendo da área da aprendizagem mais afetada: transtorno de leitura, transtorno de expressão escrita, transtorno de habilidades matemáticas, transtorno não verbal e transtorno de linguagem, entre outros. É mais fácil estudá-los e explicá-los dessa forma, mas, na realidade, um indivíduo com transtorno específico de aprendizagem nunca será igual a outro, haverá sempre uma interação entre suas parcelas de “dificuldades” e de “aptidões” inatas e do meio familiar, educacional e sócio-cultural em que ele está inserido, resultando numa trama única.

Existem vários tipos de dificuldades de aprendizagem, cada criança é única no processo de entendimento, cabe a família e a escola estar caminhando junto com essa criança, dando o suporte necessário.

Também enfatiza que,

Apesar de únicos na manifestação de suas dificuldades, crianças e jovens com TEA compartilham o fardo do mau desempenho na escola e com frequência são rotulados por colegas, pais e professores como preguiçosos, pouco empenhados e incompetentes. Indivíduos com TEA precisam ser ajudados e, felizmente, existem meios para que isso aconteça. Não há atalhos, o caminho é longo e árduo, mas essas

crianças e jovens e suas famílias não precisam empreender a jornada sozinhos. (WEISTEIN, 2010, p. 02).

Muitas crianças sofrem com o que chamamos de rótulos, são malvistas pelos colegas, pela sociedade e até pelos próprios professores. O que não podemos é desistir dessa criança e desenganar dela, pois seria um erro por parte da escola admitir uma desistência da criança e deriva-la ao esquecimento social. Em relação aos rótulos, Bernardo e Soares (2012, p. 77-78), discorrem,

Nada mais comum do que ingressar em uma escola e ouvir dos titulares e demais funcionários: “O Joãozinho atrapalha a aula...”, “O Lucas é o bagunceiro...”, “Luana é aquela magrinha que não se enturma com ninguém...”, “Marizinha só bajula os professores...”. Até então, não encontraríamos grandes problemas nessa situação contanto que nenhum desses alunos fossem omitidos no decorrer das aulas, o que não acontece na maioria das vezes.

Devido às dificuldades de lidar com essas crianças e muitas vezes ao descaso dos seus próprios pais, elas são facilmente esquecidas. Logo esses alunos deixam de receber educação para receber rótulos e automaticamente se culpam por seus desempenhos ruins.

Esses rótulos que algumas crianças recebem na escola, podem partir de seus colegas e até mesmo de seus professores, é uma situação muito constrangedora, pois pode acarretar em diversos problemas futuros na vida da criança, sendo um deles a dificuldade em se socializar. Em relação a isso Weinstein aponta alguns passos que podem ser seguidos. O primeiro passo é, “identificar as dificuldades e providenciar uma avaliação interdisciplinar da aprendizagem”, e “a partir dos achados da avaliação e do diagnóstico, delinea-se um percurso de intervenções e orientações para aquela determinada criança e ou jovem”. (WEISTEIN, 2010, p. 02-03).

Dessa maneira, facilitamos o trabalho com a criança em questão quando sabemos as especificidades de cada uma e conseguimos alcançar o objetivo que temos em mente e ultrapassar os obstáculos.

Em relação aos transtornos afirma, “o transtorno específico da habilidade de leitura, também conhecido como dislexia tem sido o mais estudado”. (WEISTEIN, 2010, p. 04)

A dislexia é,

um transtorno de aprendizagem e, como tal, tem origem neurológica e caráter permanente. Caracteriza-se pela dificuldade com a fluência correta na leitura e pela dificuldade na habilidade de decodificação e ortografia. (WEISTEIN, 2010, p. 04).

A criança com dislexia tem grande dificuldade na escola, na escrita e leitura, porém não é impossível de ensinar esse aluno. No que tange a esse tipo de transtorno, a criança aprende melhor por meio da ludicidade.

Ainda em relação aos transtornos nos diz que,

A discalculia é um transtorno de aprendizagem e, como tal, tem origem neurobiológica e caráter permanente. Caracteriza-se pela dificuldade para o entendimento e acesso rápido a conceitos e fatos numéricos básicos. (WEISTEIN, 2010, p. 04).

Esse transtorno é muito parecido com o primeiro, a diferença é que esse se submete aos cálculos matemáticos.

A autora também nos afirma que,

Os transtornos de aprendizagem (TEA) têm impacto negativo global na vida das crianças e jovens que os possuem e de suas famílias. Quanto mais precoce, intensiva, especializada e interdisciplinar for a intervenção que receberem, melhores serão os resultados. Não existe receita de bolo para tratamento dos TEA. Sabemos, comprovadamente, que alguns fatores contribuem positivamente para um bom prognóstico. (WEISTEIN, 2010, p. 05).

Com várias experiências obtidas em estágios escolares, foi possível detectar uma resistência por parte dos pais para admitir algum tipo de transtorno que seus filhos pudessem ter. O que corrobora para um diagnóstico tardio desses transtornos, prejudicando a aprendizagem das crianças. E infelizmente, as crianças sofrem devido as dificuldades e as rotulações dentro da escola.

Esses fatores podem ser,

Apoio incondicional da família e da escola; avaliação, diagnóstico e acompanhamento de longo prazo por equipe interdisciplinar especializada (fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, educadores, médicos) , com revisão da prioridade de abordagem de cada especialidade, sempre que necessário. É muito importante que a equipe interdisciplinar se reúna e discuta o caso em conjunto. Não é suficiente, passar em consultas isoladas com diversos especialistas e ouvir diagnósticos e previsões diferentes. É necessário haver integração da equipe que avalia e que trata a criança ou jovem com TEA e a definição conjunta de algumas metas mensuráveis para o acompanhamento da intervenção. (WEISTEIN, 2010, p. 05).

Se faz necessário a atenção para a criança que possui um transtorno escolar. A mesma merece um aprendizado e um ensino de qualidade de acordo com aquilo que ela necessita, e cabe aos pais e professores – que fazem um acompanhamento diário – estar observando as atitudes dessa criança na escola e em casa, para que assim seja possível ter um acompanhamento precoce com um profissional especializado.

Em relação ao papel dos pais a autora nos especifica, “para poder ajudar um filho(a) com TEA, os pais precisam procurar entender a natureza das dificuldades da criança ou jovem”. (WEISTEIN, 2010, p. 06).

Quanto ao papel da escola,

Quando houver suspeita de que um aluno possui algum tipo de TEA, a escola deve providenciar junto às famílias o encaminhamento para um diagnóstico interdisciplinar e incentivar a identificação e o tratamento desse aluno. (WEISTEIN, 2010, p. 07).

Essa responsabilidade se aplica quase que principalmente a instituição de ensino, onde os educadores por meio de avaliações formativas conseguem verificar o desempenho de cada um, e como os mesmos tem um olhar mais crítico perante aos alunos se torna fácil perceber qual criança possui um transtorno e qual não.

Em relação as políticas públicas,

Embora exista amparo legal constitucional para as necessidades educacionais específicas dos alunos portadores de transtornos de aprendizagem, entre eles a dislexia e a discalculia, na prática, ainda há muitas dúvidas relacionadas a como ajudá-los dentro e fora da escola. O debate envolvendo os indivíduos com TEA não pode ficar circunscrito à academia, é necessária a participação das famílias, professores e gestores públicos para que se implementem ações que permitam que essas crianças possam ir às escolas para, de fato, aprender. (WEISTEIN, 2010, p. 08).

De acordo com o pesquisado, entendemos que se a escola e família trabalharem juntos em prol do aluno, conseguirão um ótimo resultado. Por meio de estimulações corretas essa criança poderá se desenvolver normalmente e alcançar suas potencialidades.

2.1.1.1 Psicopedagogia

A psicopedagogia é um campo da ciência que está ganhando espaço nas instituições escolares e na sociedade. A mesma se faz necessária para auxiliar crianças com algum tipo de dificuldade escolar devido a algum transtorno, experiências de vida negativas ou por ter algum tipo de déficit.

De acordo com Bossa (2000, p. 17), “o termo psicopedagogia apresenta-se hoje, com uma característica especial. Quanto mais tentamos elucidá-lo, menos claro ele parece”. E conforme Lino de Macedo (1992, apud Bossa 2000, p. 17), “o termo já foi inventado e assinala de forma simples e direta uma das mais profundas e

importantes razões da produção de um conhecimento científico: o de ser meio, o de ser instrumento, para um outro, tanto em uma perspectiva teórica ou aplicada”.

Assim, entendemos que o termo possui complexidade, mas não é impossível compreender. Com a psicopedagogia analisamos como o ser atua e interage no meio, e como o comportamento do indivíduo serve de estudo para um outro, teoricamente ou na prática.

Por meio disso conforme Bossa (2000, p. 17-18),

[...] a Psicopedagogia, que nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, não se basta como aplicação da Psicologia a Pedagogia, [...] mas sim na constituição de uma nova área que, recorrendo aos conhecimentos dessas duas, pensa o seu objeto de estudo a partir de um corpo teórico próprio, ou melhor, que busca se constituir.

Entendemos que a Pedagogia em relação com a Psicologia, formam uma nova área mais especializada, capaz de compreender coisas que somente com uma ou outra não conseguiríamos identificar.

Segundo Scoz (2013, p. 21),

a partir da década de 1980, a Psicopedagogia, em função da eficiência demonstrada na prática clínica, tem se estruturado como corpo de conhecimentos e se transformado em campo de estudos multidisciplinares. Seu objetivo é resgatar uma visão mais globalizante do processo de aprendizagem e, conseqüentemente, dos problemas decorrentes desse processo.

Portanto, a psicopedagogia se faz importante para o conhecimento de como ocorre a aprendizagem de cada indivíduo, e quais os obstáculos que podemos encontrar no decorrer do caminho.

Para melhor situar a Psicopedagogia na atualidade, é preciso analisar o que aconteceu nos caminhos que foram trilhados, levando em consideração as influências dos momentos históricos. (SCOZ, 2013).

Como qualquer conceito que tentamos compreender precisamos primeiro verificar os fatos históricos relacionados a ele, pois entendendo a história podemos analisar o nosso presente.

De 1960 em diante os profissionais da psicopedagogia organizaram-se para fazer uma busca sobre as causas do fracasso escolar, analisando os aspectos físico e psicológico do discente. (SCOZ, 2013).

De acordo com Scoz,

Nessa época, os psicopedagogos prendiam-se a uma concepção organicista e linear, com conotação nitidamente patologizante, que encarava os indivíduos com dificuldades na escola como portadores

de disfunções psiconeurológicas, mentais e/ou psicológicas. (SCOZ, 2013, p. 21).

Então em anos passados se tinha uma visão muito fragmentada em relação aos transtornos de aprendizagem.

Começou-se a surgir alguns tipos de tratamentos para as crianças que eram diagnosticadas com algum transtorno, a fim de melhorar seu desempenho escolar e social.

Antes os diagnósticos de DCM “partia dos próprios pais atingindo o índice de 40% das crianças atendidas no consultório, o que causava a impressão de que convivíamos com uma população de anormais”. (SCOZ, 2013, p. 22).

Observamos com isso, que qualquer tipo de dificuldade que a criança possuía passou a ser considerado como uma disfunção, e que os pais agiam com opiniões precoces em relação a seus filhos, sujeitando os mesmos a receber um tratamento que talvez não fosse necessário.

Segundo Scoz (2013, p. 22), “o conceito de DCM permitiu uma aceitação maior da criança pelo professor e pelos pais, uma vez que, portadora de uma doença neurológica, ela não poderia ser responsabilizada pelo próprio fracasso”.

Então, a criança que antes era malvista começou ter uma aceitação maior, tanto na escola como na sociedade, porém, “também serviu para desmotivar os educadores a investirem na aprendizagem” (SCOZ, 2013, p. 22), já que com o surgimento dessas disfunções qualquer fracasso da criança era aceito e não responsabilizado.

Segundo Campos, “o primeiro curso de especialização em psicopedagogia, em São Paulo, surgiu em 1970”, ligado a pessoas que se confrontavam “com crianças que não aprendiam, apesar de todos os esforços empreendidos”. (CAMPOS, 1994, p. 209).

“Assim, a psicopedagogia dedica-se ao estudo da aprendizagem, com a finalidade de prevenir ou curar os seus problemas.” (CAMPOS, 1994, p. 210).

Os estudos em relação a psicopedagogia são bastante recentes, e o profissional dessa área precisa ser valorizado pela grande responsabilidade que tem nas mãos, que é diagnosticar uma criança e ajuda-la em suas dificuldades até que se obtenha um resultado positivo.

Dessa forma,

Ao psicopedagogo não interessam as questões de estrutura de personalidade enquanto estas afetam de forma manifesta vínculo do

indivíduo com a aprendizagem; os dados do inconsciente e os problemas edípicos só interessam a este profissional num quadro preciso de sintoma – o não aprender. (CAMPOS, 1994, p. 211).

O que compreendemos aqui é que o psicopedagogo não está preocupado com a conduta dessa criança em relação a comportamento, moral ou valores, mais sim como essa criança está se desenvolvendo intelectualmente e suas dificuldades frente a aprendizagem escolar.

A partir disso, observamos que,

Uma avaliação psicopedagógica com base construtivista parte do princípio de que a aprendizagem é uma tarefa de apropriação e de domínio do objeto de conhecimento. No caso da criança, esse objeto está relacionado com a herança cultural transmitida pelas gerações através das instituições educativas (a família e a escola). (CAMPOS, 1994, p. 211).

Se fazendo importante o destaque dessa aprendizagem, pois quando a mesma não ocorre é preciso ter uma atenção dobrada com tal criança.

“Dentro dessa perspectiva, o diagnóstico psicopedagógico visa explicitar as condições de aprendizagem do indivíduo, identificando suas áreas de competência e de dificuldade”. (KIGUEL, 1987, p. 26 apud CAMPOS, 1994, p. 212). Sendo assim, a criança possui habilidades, não apresentará dificuldades em todas as áreas, por isso é preciso valorizar suas competências e auxiliar nas dificuldades.

Conforme a autora, a escola pode fazer análises a partir dos aspectos orgânicos, cognitivos, afetivos e sociais, para conseguir identificar como o aluno pode aprender e como ele está aprendendo de fato, quais recursos conhece, e como utiliza os mesmos, quais seus interesses e o que o motiva. (CAMPOS, 1994, p. 212).

Conforme nos diz Kiguel apud Campos,

A avaliação psicopedagógica nos coloca em contato com o sintoma; reconhecê-lo como tal é a primeira tarefa do psicopedagogo e não a mais simples, pois estará lidando com diferentes conceitos de normal e patológico, na escola e na família; conceitos muitas vezes não explicitados e por isso de difícil acesso e controle. Para agravar a questão, é bastante fluida a noção de normalidade e patologia, em função de avanços científicos nas diferentes áreas do comportamento humano, das diferentes fases de desenvolvimento do indivíduo e dos múltiplos fatores que atuam no desempenho escolar. (KIGUEL, 1991, p. 24-25 apud CAMPOS, 1994, p. 212- 213).

O profissional precisa ser cauteloso em sua avaliação perante aquela criança, para certificar-se da dificuldade apresentada e assim fazer um acompanhamento correto.

A partir desses fatores sociais, afetivos e aprendizagem do educando, não podemos deixar de falar sobre o fracasso escolar, sendo este um problema estrutural, que envolve as condições do aluno, cognitivas, psicológicas, e as condições de ensino dos próprios professores e instituição escolar.

Analisando o porquê do fracasso escolar observamos que pode ocorrer,

Por duas ordens de causalidade; uma interna a estrutura familiar, que diz respeito ao individual e outra externa, ligada a qualidade de estímulos do meio, a escola e a aspectos sociais da aprendizagem [...]. A avaliação dos fatores ambientais deve levar em conta a atualidade e quantidade dos estímulos a que a criança é submetida; em muitos casos, há confusão, falta de ritmo ou excessiva velocidade, pobreza ou mesmo carência de estímulos. (PAIN, 1986, p. 22-33 apud CAMPOS, 1994, p. 213).

Com essa afirmação entendemos a importância dos estímulos precoces na vida da criança, contribuindo para um desenvolvimento integral dela desde muito pequena. Caso isso não ocorra, há probabilidades da criança se sentir desmotivada e com falta de interesses.

Em relação a isso, “o psicopedagogo deve observar a metodologia usada, o uso de sanções ou castigos e prêmios, e a coerência entre o ensino proposto e a etapa de desenvolvimento da criança”. (CAMPOS, 1994, p. 213).

Todos os fatores contribuem de alguma forma na vida desse aluno, podendo ser negativo ou positivo, e o psicopedagogo deve estar atento ao meio em que a criança está inserida entendendo como isso influencia na sua aprendizagem.

Outro nível de análise é o das relações interpessoais e programas escolares, o autoritarismo e a violência que existem no meio educacional, o vínculo do professor com a aprendizagem e sua vontade de ensinar. (CAMPOS, 1994).

As relações da criança com outras pessoas da instituição também contribuem para o seu aprendizado, e o profissional da psicopedagogia precisa ter esse acompanhamento, pois todos os fatores são importantes.

Para avaliar os problemas de aprendizagem, deve-se analisar a dimensão social. Modo de vida, expectativas e modelos de comportamentos vividos nas sociedades, a escolha dos pais por determinada escola, que acaba colocando o aluno em uma situação de competitividade em relação a vestibular ou mercado de trabalho. A pressão de uma sociedade consumista já é introduzida na vida infantil, sem respeitar o tempo da criança e as necessidades de cada etapa do seu desenvolvimento, acaba fazendo com que a criança passe por estresse, que não confie em si mesma, pode

acarretar distúrbios psicossomáticos e não contribui para a formação de vínculo com a escola e a aprendizagem. (CAMPOS, 1994).

Compreendemos que todos os fatores que envolvem a vida da criança contribuem de alguma forma para o aprendizado dela, seja positivo ou negativamente, e cabe aos familiares e membros da instituição escolar, garantir que a criança tenha um desenvolvimento calmo sem pular etapas.

Porém, nem todas as crianças são afetadas pelo que o meio que estão inseridas tem a oferecer. Algumas conseguem se sobressair, e com isso vemos que as vezes não é a criança que precisa de uma atenção dobrada, mas sim a instituição em que frequenta, em relação a isso Campos confirma, “no entanto, esta ordem de problemas não compromete a inteligência e nem sempre a criança necessita de tratamento, mas sim a instituição educativa”. (CAMPOS, 1994, p. 214-215).

A partir disso, é preciso fazer também um acompanhamento com a família da criança, entendendo suas experiências de vida e o que enfrentou desde o seu nascimento. Assim, Campos nos apresenta a avaliação diagnóstica, dizendo,

A avaliação demanda atentar também para ansiedade da família e do paciente, para a faixa etária deste e sobretudo para a prioridade do vínculo entre o profissional e o paciente de modo a selecionar recursos diagnósticos que se percebam necessários para o caso em questão; a questão é levantar-se os indícios pertinentes com economia de esforço, minimizando o desgaste e garantindo um contexto de confiança. (CAMPOS, 1994, p. 219).

É preciso que se verifique o que a criança é capaz de fazer para sua determinada faixa etária e o que ela realmente faz. O profissional precisa ter um vínculo com a criança, para saber de que maneira trabalhar e o que a mesma precisa para se desenvolver.

No primeiro encontro entre pais e profissional, os pais expõem a sua preocupação, depois em outras entrevistas mais direcionadas, os mesmos vão reconstituir a vida do paciente, em busca de entender as expectativas dos pais perante aquela criança, e o atendimento profissional. (CAMPOS, 1994, p. 219-220).

É possível que alguns pais queiram pular etapas da vida da criança e queiram acelerar esse processo, por isso é importante que esse profissional faça o acompanhamento da vida da criança em todos os aspectos e entenda qual o problema e se realmente o tem, por isso se faz essencial reconstituir o passado dessa criança, desde o seu nascimento.

“Acima de tudo, a fase de avaliação busca criar um espaço de confiança, de jogo e de criatividade pois só neste contexto se poderá desenvolver a escuta e o olhar clínico e dar voz própria ao paciente para que ele expresse finalmente a sua queixa”. (CAMPOS, 1994, p. 220).

A partir da avaliação, aos poucos irá se criando um ambiente de confiança entre a família e o profissional, um se sentirá ouvido e o outro irá colocar em prática o seu entendimento em busca de um resultado positivo.

Para que tudo isso ocorra de uma maneira ética para os dois lados é preciso que, segundo Campos (1994, p.222) “ em primeiro lugar, a proteção do sigilo e o critério na divulgação de informações do paciente para a família e para a escola devem ser objeto de cuidado” isso devido ao “mau uso e aumento de ansiedade e culpa que podem gerar, além do prejuízo na confiança depositada no profissional”, (CAMPOS, 1994, p. 222). As informações recebidas em relação a criança devem ser mantidas em sigilo, pois pode acabar constrangendo a família e o paciente. Tudo o que o profissional falar sobre a criança será quase como um objeto que ela carregará, afinal quando outras pessoas olharem para ela automaticamente pensarão no diagnóstico afirmado, por isso se faz necessário tomar muito cuidado com as palavras a serem utilizadas.

Também é importante evitar o diagnóstico excludente e fechado, que impossibilite o paciente de ter algum progresso na sua situação. (CAMPOS, 1994, p).

Cabe ao profissional buscar maneiras que auxiliem essa criança a se desenvolver cognitivamente e não diagnosticar a criança como um caso perdido, é preciso acreditar no aprendizado e nunca desistir.

Por fim, é preciso de acordo com Campos (1994, p. 222),

Restabelecer a confiança na dinâmica da família e nos recursos internos do paciente, rebaixar a culpa e a ansiedade dos pais a fim de obter sua colaboração é o passo final desta avaliação e o primeiro para um tratamento ou um encaminhamento eficaz.

Entendemos que os pais se sentem culpados por seu filho não ter um desempenho como as outras crianças de sua faixa etária. Podem achar que deviam ter feito mais, ter dado mais atenção e ficar remoendo uma culpa que não é deles. O psicopedagogo precisa fazer com que os pais entendam que na maioria das vezes não foi a falta de estímulo que acarretou na dificuldade daquela criança, mas sim um fator biológico e que aquilo estava destinado a acontecer. É preciso manter a calma,

ter paciência, não desistir do paciente e persistir que com o acompanhamento adequado ele conseguirá se desenvolver e vencer como qualquer outra pessoa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo, será realizado em uma escola infantil municipal da cidade de Amambai-MS. Esta cidade fica no estado de Mato Grosso do Sul e tem em média 38.465 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Esta escola é de cunho infantil, e atende apenas salas de pré I e pré II sendo crianças com faixa etária de 4 a 6 anos. A instituição possui uma sala de recurso na qual uma psicopedagoga faz o atendimento com as crianças, tanto para o reforço escolar como para auxílio e diagnóstico de crianças, estudantes na instituição ou não.

Inicialmente, essa pesquisa será pautada em bibliografias, utilizando de livros, artigos ou revistas em busca do levantamento sobre a história da psicopedagogia e a atuação do psicopedagogo no âmbito escolar da educação infantil.

De acordo com Severino a pesquisa bibliográfica sendo utilizada como uma técnica é, “a bibliografia como técnica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data, etc. [...]”. (SEVERINO, 2002, p. 77). Conforme a fala do autor, podemos observar que esta pesquisa é bastante descritiva e classificatória.

No segundo momento, será compreendido como esse profissional atua, realizando questionários para o mesmo se necessário, acompanhando de estudos bibliográficos e visitas à sala de recursos na qual atua.

A sala de recursos segundo Alves (2006, p.12), é uma iniciativa,

de implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, a sua participação e aprendizagem. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos.

No terceiro momento, será feito o acompanhamento do trabalho desse psicopedagogo na instituição, na sala de recursos na qual atua, observando como o mesmo trabalha com as crianças, como faz seus diagnósticos, qual a importância do

mesmo para a escola e como é o seu relacionamento com os setores escolares. Para tanto, o acompanhamento foi feito com datas marcadas, para melhor organização.

No capítulo final, foi realizada a análise de todos os procedimentos para comparar o que foi estudado bibliograficamente com os resultados encontrados na prática. Segundo Ludke e André a análise “ está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados”. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 45).

Portanto essa pesquisa será qualitativa, que segundo Ludke e André (1986, p. 45),

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis.

Para concluir, espero ter um resultado satisfatório na pesquisa realizada e que isso possa trazer frutos para estudos, pois é um assunto que precisa ser falado e exposto, para que as pessoas tomem consciência da realidade das famílias e das escolas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A escola na qual se realizou a pesquisa atende somente a modalidade da Educação Infantil no período matutino e vespertino. A instituição é municipal e se localiza no centro de Amambai-MS. O espaço escolar conta com a sala da direção, coordenação, secretaria, sala dos professores, sala de recurso, sala de informática, banheiro masculino e feminino, dois parquinhos, e 6 salas de aula.

Primeiramente, a pesquisadora foi recepcionada pela diretora da escola e depois pela psicopedagoga que atende na sala de recurso. Para a coleta de informações foram necessárias várias visitas a instituição escolar, algumas com questionários para a profissional e outras para a observação de seu trabalho com as crianças atendidas.

Como forma de sigilo da identidade da psicopedagoga entrevistada, passamos a designar a letra (A) para fazer referência a ela.

De início, foram feitas perguntas básicas relacionadas a rotina da profissional, a fim de conhecer seus horários de trabalho e quantas crianças aproximadamente ela atende, a entrevistada respondeu que atende cerca de 14 alunos, dividindo seus horários entre matutino e vespertino, com atendimento das 07:00 horas as 8:40 horas, das 8:40 horas as 10:20 horas, no período matutino, e vespertino das 13:00 horas as 14:40 horas, das 14:40 as 16:20 horas. A psicopedagoga atende duas turmas por dia, de segunda-feira a quinta-feira, podendo a mesma turma frequentar a sala da psicopedagoga duas vezes na semana.

Em seguida, ela mencionou como faz a separação das crianças para o atendimento delas. Primeiro ela relatou que faz uma entrevista com as mães das crianças a qual é chamada de “anamnese”, nesta entrevista ela anota o motivo da avaliação, o encaminhamento, a concepção da criança, idade dos pais, se teve aborto, parte da gestação, como foi o parto, como é a alimentação, doenças que a criança teve, se a mãe teve doença durante a gestação, a questão do sono, o desenvolvimento psicomotor, com que idade sustentou a cabeça, controle das esfíncteres, o desenvolvimento da linguagem, conhecimentos da criança sobre cor, dinheiro, letras, o comportamento, o humor, a socialização, quanto a visão da criança, a audição, e outras observações que as mães queiram colocar. A profissional acrescenta que é ela mesma que administra as vagas das crianças atendidas, pois como o trabalho é dela, cabe a ela ver com quantas crianças conseguirá trabalhar.

De acordo com Filho (1994, p. 42),

Um dos elementos essenciais à confecção de diagnósticos médicos é a anamnese realizada com os pacientes, mediante a qual se buscam elementos em sua biografia que corroborem alguma hipótese de diagnóstico. Trata-se de uma tarefa essencialmente interpretativa, em que há uma relação reflexiva entre as hipóteses formuladas pelos médicos e os comportamentos e motivações associados ao diagnóstico.

Por meio disso, entendemos que a avaliação prévia com a anamnese se torna muito relevante, pois tudo o que a criança passou desde a sua gestação é importante para a descoberta de transtornos, os fatores devem ser vistos como um todo, e não de maneira fragmentada.

Depois de realizada a anamnese, ela encaixa as crianças nas turmas, separando por nível, por idade, crianças não falantes com crianças que falam corretamente, é variável de acordo com a dificuldade de cada um, para facilitar o trabalho dela e por eles aprenderem melhor com os pares. Se torna difícil o trabalho com resultados positivos se colocar juntos crianças não falantes, ou colocar dois ou três hiperativos. Se ela observa que não está funcionando, ocorre o remanejamento, uma conversa com os pais novamente, para fazer a troca do dia, da hora, porque as vezes alguns grupos não dão certo. Geralmente os grupos são de 4 crianças, pelo espaço da sala ser pequeno e por tornar o ambiente mais difícil de trabalhar.

Em relação a isso Santos afirma, “A ação psicopedagógica consiste numa leitura e releitura do processo de aprendizagem, no sentido de aplicabilidade de conceitos teóricos com significados, gerando práticas mais consistentes que respeitem a singularidade de cada um.” (SANTOS, 2009, p. 29).

Em concordância, é preciso que o profissional reflita sobre a sua prática, analisando cada criança e o melhor para cada situação, se o mesmo compreender que de tal maneira não obterá sucesso, é cabível buscar mudanças para o desenvolvimento social e individual de cada criança.

Questionei se (A) atende todas as crianças por grupo, ela relatou que isso depende muito da dificuldade de cada um, por exemplo, a profissional atende duas crianças autistas que recebem atendimento individual, por precisarem muito do contato visual. Em relação ao autismo também contribuiu dizendo que hoje em dia está sendo diagnosticado mais cedo, antes os profissionais não sabiam identificar, pois o autismo tem vários níveis, e era muito percebido os casos severos, sendo

aquele que não fala, não interage. As crianças que tinham grau leve, era mais difícil de detectar.

Segundo Santos (2009, p. 27),

Quanto mais cedo diagnosticar, mais cedo será o tratamento e isso facilitará as probabilidades da criança adquirir autonomia. Os pais precisam entender que o quadro pode ser revertido e quanto mais cedo melhor. Na maioria das vezes o autismo demandará de cuidados a vida toda, mas ele sempre pode se desenvolver se for tratado corretamente.

Em relação a essas afirmações, é possível analisar que quanto mais cedo a criança autista receber auxílio de um profissional, melhor será o desempenho dela na vida social e escolar, ainda que ela precise de cuidados durante toda a vida.

A profissional relata que atende uma criança com Transtorno Desafiador Opositor (TOD), que é um dos níveis do autismo, e sobre isso ela discorre que tem muitas crianças com TOD, dentro do autismo geralmente além da criança ter o espectro autista ela tem esse transtorno e tem o déficit de atenção ou hiperatividade junto, ou qualquer outro tipo de transtorno. A criança com TOD não aceita ordens, é contra tudo e todos, é desafiadora e sente prazer nisso, são realmente difíceis de lidar, mas tem tratamento para esse transtorno diminuir. O tratamento não é só o remédio, precisa ser feito terapia, e as vezes só com ela a criança já começa a melhorar. Também precisa ter uma mudança em casa, aprendendo a lidar e aceitar a criança, e a criança aprendendo a respeitar as regras e saber respeitar as pessoas.

Sobre o autismo, Santos afirma,

O autismo é uma síndrome intrigante porque desafia nosso conhecimento sobre a natureza humana. Compreendê-lo é abrir caminhos para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento, conviver com ele é pensar de inúmeras formas sem perder o compromisso com a ciência e a consciência, a ética. É falar e ouvir com outra linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para nossos saberes e ignorância. (SANTOS, 2009, p. 41).

É possível entender que trabalhar com uma criança autista não é nada fácil, porém não é algo impossível, o profissional precisa ter amor pelo que faz, contando com a ajuda dos familiares, e com os demais profissionais que irão auxiliar no processo de desenvolvimento dessa criança, pois quanto mais for trabalhado o amadurecimento dela, mais ela entenderá como se relacionar socialmente. Trabalhar com uma criança autista, é crescer internamente e enxergar o mundo como ninguém mais consegue ver.

Retomando, indaguei como essas crianças chegam até ela, e (A) expôs ter uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), um órgão que oferece atendimento para as crianças matriculadas na rede municipal de ensino da cidade, tendo uma equipe formada por psicóloga, fonoaudióloga, psicopedagoga, entre outros profissionais para oferecer auxílio especializado para as crianças com transtornos e seus familiares. Quando os professores percebem alguma coisa na criança como dificuldade de aprendizagem, dificuldade na parte social, motora ou linguagem, eles encaminham para coordenação fazendo uma avaliação prévia para verificar se é falta de ajuste em casa, pois se a família é muito protetora a criança acaba tendo dificuldades tanto no social como na aprendizagem. Fazendo essa intervenção, se não houver resultado, a coordenação chama a equipe de profissionais da SEMED para fazer uma avaliação com essa criança, constatando qual o atendimento que ela precisa.

A Secretaria encaminha essas crianças de acordo com o acompanhamento que ela precisa no momento, no caso da (A) elas são conduzidas para essa escola infantil municipal na qual ela trabalha. A partir do momento que essa criança é encaminhada para a psicopedagoga, os responsáveis precisam fazer sua matrícula na sala de recursos que ela trabalha para começar o acompanhamento necessário, logo, as crianças que já estudam na escola passam pelo mesmo processo, são encaminhadas para a coordenação, para a SEMED e de volta para ela. É comum a psicopedagoga atender crianças não matriculadas na instituição onde trabalha, geralmente os atendimentos ocorrem mais para alunos de outras escolas.

Conforme as declarações Soares e Sena discorrem, “as crianças que apresentam dificuldades na escola, na compreensão de novas habilidades, estão correndo o risco de terem problemas nas diferentes áreas escolares e na vida em geral, no seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, como um todo”. (SOARES; SENA; 2011, p. 03). Sendo assim, é preciso que se faça essa avaliação com as crianças, a fim de compreender qual a dificuldade de cada uma, podendo dessa maneira oferecer o atendimento específico que elas precisam, para que no futuro tenham a oportunidade de viver como qualquer outra pessoa.

Prosseguindo com a ideia de como essas crianças chegam a ela, depois de todos esses pontos abordados e feito a anamnese com os pais, (A) sucede pedindo um encaminhamento ao neurologista, para entender de fato qual é a dificuldade da criança, e é nessa etapa que muitas mães e pais não querem aceitar que seus filhos

podem ter algum transtorno, pois como relata a profissional, pedir um encaminhamento ao neurologista é o mesmo que dizer que a criança é incapaz, por esse motivo, é inteligente tomar cuidados com as palavras a serem utilizadas, para não se ter uma gama de interpretações erradas, tomando o cuidado em não se equivocar e dizer qual o possível transtorno a criança tem, para isso é preciso que o profissional observe a rotina da criança, na escola, igreja, em casa, no supermercado, por pelo menos seis meses para notar se o comportamento dela é o mesmo em diversos locais, pois só pode findar um laudo o profissional em neurologia. Em questão da vaga da criança na sala de recursos, se a mesma não possui um laudo médico, e entra uma na fila de espera que possui, (A) antecipa que a primeira pode perder sua vaga, pois só pode continuar com o acompanhamento aquela que tem um parecer médico.

Em concordância a isso Soares e Sena (2011, p. 03), afirmam,

a família desempenha um papel primordial no processo de aprendizagem dos alunos, pois muitas vezes os pais não querem enxergar a criança com as suas dificuldades. O vínculo afetivo é primordial para o bom desenvolvimento da criança. A atuação psicopedagógica se propõe a incluir os pais no processo de desenvolvimento dos seus filhos, por intermédio de reuniões e possibilitando o acompanhamento do trabalho realizado junto aos professores.

Em relação a isso, entendemos que o papel dos pais nessa etapa da vida da criança deve ser o mais compreensível, possibilitando o desenvolvimento pessoal e cognitivo da criança. Portanto, é dever do profissional em psicopedagogia deixar os responsáveis confortáveis com a situação que irão enfrentar, realizando um trabalho em conjunto.

A psicopedagoga afirma que atende crianças com diversos tipos de transtornos como: transtornos de Espectro Autista, Deficiente Físico, Déficit na Linguagem, Desafiador Opositor, TDAH, Bipolaridade, Dislexia e Discalculia, e sobre todos esses ela declara que as crianças são muito pequenas para ter um laudo fechado do transtorno que elas possuem, então cada vez que elas vão ao médico são feitos novos relatórios, do que a criança desenvolveu, aprendeu, como ela está, o que está precisando e os médicos retornam com os laudos com algumas sugestões de atividades para estar sendo trabalhado com essa criança. Assim (A) organiza tudo por pastas separadas, cada criança tem a sua, contendo o relatório que a escola de onde essa criança veio referiu, ficando anexado todo o histórico médico dela.

Santos (2009, p.41) sustenta dizendo que, “A avaliação é prática e útil quando apresenta conclusões e serve de base para edificar novas propostas a cada âmbito de análise.” Com essa afirmação, é assegurado a importância de estar fazendo um acompanhamento regular com a criança para que o profissional faça adaptações de acordo com aquilo que ela precisa.

Adentrando o relacionamento do psicopedagogo e da família das crianças, (A) relata que os pais precisam ter responsabilidade com a frequência da criança na sala de recursos, geralmente as crianças não faltam muito, e quando isso ocorre é comum justificarem, mas aquela que obtiver muitas faltas acaba sendo desligada e abrindo vaga para outra pessoa que precise do acompanhamento, e se ela verificar que o seu trabalho não será suficiente, ela encaminha essa criança para outros profissionais, pois tendo mais auxílios ela terá um processo de desenvolvimento mais efetivo. A profissional reforça o dever de observar a conduta da família, em razão de muitos comportamentos serem reflexos de nossos costumes, e os métodos impostos por ela precisam ser seguidos, sendo as vezes muito difícil para os responsáveis estarem se adaptando.

Em conformidade com isso Soares e Sena discorrem, “ao psicopedagogo cabe saber como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas de vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende”. (SOARES; SENA, 2011, p.04). Por meio disso é correto dizer que o profissional é devidamente capacitado para auxiliar a família e a criança no processo de ensino aprendizagem, sabendo a melhor maneira de intervir, cabendo aos pais fazer esforços para se adaptar as novas rotinas para o desenvolvimento do educando.

Ao ser questionada sobre a duração dos acompanhamentos, (A) relatou que já teve um caso específico de atender a mesma criança por 3 anos seguidos, desde o maternal até o pré II. A duração do acompanhamento varia conforme a dificuldade ou transtorno que a criança possui e o seu desenvolvimento. É bastante relativo. Por outro lado, ela especifica que crianças que são encaminhadas para ela estando no pré II, normalmente o atendimento não dura muito tempo, porque não tem como fazer uma grande intervenção, pois seu acompanhamento é somente para o ensino infantil e a criança após o Pré II passa a frequentar o ensino fundamental I. Ela aponta como uma dificuldade a demora para que criança chegue até ela, considerando os aspectos burocráticos, passar por coordenação, por equipes, e até ela chegar a escola demora

um pouco. Segundo Vieira (2011, p. 14) “É de responsabilidade do psicopedagogo acolher esse aluno e investir numa mediação bem conduzida e de qualidade para resgatar o potencial de aprendizagem”, portanto, mesmo que esse aluno chegue tarde até ela, ele precisa de atendimento como qualquer criança, e cabe a psicopedagoga não desistir dele e oferecer o seu melhor.

Em relação aos recursos didáticos, (A) mencionou os comprados de madeira, blocos, letras móveis, quebra-cabeça, muitos jogos, brinquedos, tudo para a estimulação. Ela relata que trabalha com jogos em braile, jogos para surdos, tanto comprados como confeccionados com sucata. Conforme a dificuldade de cada criança ela vai analisando o que será melhor, e assim confecciona materiais próprios para trabalhar com aquela dificuldade, não falta material para nem um deles por causa dessas confecções. Em concordância, Santos (2009, p. 35), afirma “cada profissional terá de saber estabelecer qual é a melhor estratégia de intervenção a propósito de um caso concreto, escolhendo os instrumentos e técnicas apropriadas para cada momento sob uma funcionalidade e adequação”, compreendemos que o profissional pode e deve criar jogos e brincadeiras adaptáveis para cada criança e a dificuldade que ela possui.

Ela expõe que o último material trazido pelo governo foi no ano de 2013, na época foram recebidos computadores, impressoras, jogos de madeira, porém desde o ano citado não chegaram mais recursos. De acordo com (A), as deficiências vão mudando, e esses recursos estão ficando maçantes tanto para ela quanto para as crianças. Quanto aos materiais para a confecção, a escola oferece um alicerce e tudo o que ela precisa acaba conseguindo, muitas vezes adaptado um jogo com outro, utilizado rolos de papel higiênico, tampas de garrafas, e é muito estimulada a coordenação motora fina das crianças. Em alguns casos, as próprias crianças confeccionam jogos juntos com a profissional, ela pede para eles pintarem e colarem criando algo novo, e afirma que eles adoram.

Em relação a isso Soares e Sena (2011, p. 07), discorrem,

O educador deve promover a aprendizagem significativa, incentivando as habilidades de seus aprendizes e mostrando para cada um deles a sua verdadeira potencialidade. As dificuldades encontradas no percurso servirão para torná-los fortes e capazes de transformar o mundo em que vivem.

Desse modo, é possível concluir que o trabalho do psicopedagogo na instituição escolar derruba muitas barreiras, auxilia as crianças e seus familiares a ter

uma vida melhor, com significado, cidadania, socialização, inclusão, aceitação, e o mais importante, renova os laços afetivos a cada aprendizagem e a cada gesto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, concluímos que os problemas encontrados e os objetivos propostos no início foram alcançados, pois conseguimos compreender um pouco sobre a rotina da psicopedagoga e como a mesma auxilia as famílias e crianças na descoberta de transtornos, estudantes na instituição ou não. Por meio dos dados obtidos conseguimos refletir sobre as práticas e métodos existentes fora dos muros da faculdade, aperfeiçoando a maneira de pensar e de analisar o meio em que vivemos.

Durante a realização do projeto, entendemos que o trabalho de um psicopedagogo na escola abrange muita responsabilidade, sendo esse profissional um componente muito importante para o ensino e aprendizagem de crianças que precisam de um auxílio especializado.

Com os levantamentos bibliográficos, ficou entendido que a psicopedagogia está crescendo no ramo da educação. A área de estudo em questão, é muito relevante para o ensino e aprendizagem de crianças inseridas no ensino infantil, pois quanto mais cedo começar um acompanhamento especializado mais chances a criança terá de se desenvolver e aprender como qualquer outro aluno, facilitando a vida dos familiares, acrescentando um sentimento de conforto e entendimento sobre a criança ser totalmente capaz de ter autonomia e conviver em sociedade.

Acompanhando a forma de atuação da profissional, interpretamos que a realidade dela é bastante cansativa, por auxiliar várias crianças com transtornos diferentes, vindas de diversas escolas, e seus respectivos pais, que nem sempre estão prontos para aceitar que o filho possa ter um transtorno e encarar essa realidade.

Acreditamos que os métodos utilizados pela profissional para avaliar seus alunos pode resultar eficaz, pelo seguimento que faz com eles, sendo no mínimo seis meses de observações para se chegar a uma conclusão, assim como pela possibilidade de acompanhar o desenvolvimento da criança durante anos. Gostaríamos de ter acompanhado por um tempo mais prolongado o trabalho da psicopedagoga, mas aceitamos a nossa limitação em relação ao fator tempo.

Enquanto as melhorias na vida da criança, é possível que com todo o acompanhamento de forma abrangente, seguido de meses ou anos a fio, se possa

obter um desenvolvimento e aprendizagem positivos, fortalecendo a ideia de o aluno ter mais independência e sociabilidade.

Conforme os questionamentos feitos, compreendemos que essa profissão precisa ser cada vez mais valorizada, por acrescentar um papel importante, na vida das crianças, dos familiares e no contexto escolar em sua totalidade.

Entendemos ser preciso ocorrer melhorias, como obter mais auxílio do governo com recursos didáticos e ampliação do espaço de atendimento, para um acompanhamento com mais qualidade para os pequenos.

Futuramente, desejamos que essa área de estudo cresça cada vez mais, possibilitando que um público maior seja atendido, priorizando a evolução do ensino e da educação de nosso país.

Por meio do presente estudo, foi possível adquirir conhecimentos para o crescimento pessoal e principalmente profissional, já que com ele ampliamos meios para responder à pergunta condutora do curso de Pedagogia que é: Qual o papel do pedagogo, na região de fronteira, frente a multiculturalidade reinante, visando promover a melhoria da qualidade de vida na região por meio da educação?

Com as experiências adquiridas e por meio dessa pesquisa, conclui-se que a psicopedagogia é um ramo que muito tem a acrescentar para a melhoria da qualidade de vida, pois nós enquanto pedagogos precisamos ter esse olhar crítico perante as crianças com transtornos, trabalhando em conjunto com o profissional de psicopedagogia o desenvolvimento do aluno será muito mais efetivo, sendo possível descobrir precocemente algum déficit que o mesmo possui, já que nos dias de hoje a criança adentra na escola desde muito cedo, sendo assim, possível contribuir para que o discente se desenvolva cognitivamente, tendo autonomia, convivendo em sociedade, aprendendo a lidar com os estímulos recebidos e com os demais colegas. Porém, a melhoria da qualidade de vida não será somente para a criança, mas sim para seus familiares, já que eles também sofrem com as condições da criança com transtorno.

Para concluir, compreendemos que a vivência de quem passa por essa experiência melhora com o auxílio de um profissional especializado, e assim se torna mais fácil viver em sociedade, sabendo respeitar as diferenças abrindo portas para entender a si e ao mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP. 2010. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf> >. Acesso em: 15. Jun. 2018
- ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado** / elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BERNARDO, Bruna Amaral; SOARES, Adriana. Professores que rotulam. **Rev. EnsiQlopédia – FACOS**, Vol. 9, Número 1, Out /2012. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/ensiqlopedia/outubro_2012/pdf/professores_que_rotulam.pdf >
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília : Supremo Tribunal Federal**, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> Acesso em: 22. Jun. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ secretaria de educação fundamental**. – Brasília: MEC/ SEF, 1998.
- BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil**. – 2 ed. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- CAMPOS, Maria Célia Malta. Psicopedagogo: um generalista-especialista em problemas de aprendizagem. In: OLIVEIRA, Vera Barros; BOSSA, Nádia. **Avaliação psicopedagógica da criança de 0 a 6 anos**. Petrópolis, RJ: vozes, 1994. p. 209-223.
- FILHO, Claudio Chaves Beato. Práticas de Glosa e Anamnese. **Rev. PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Vol. 4, Número 1,1994. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v4n1/03.pdf> >
- IBGE. **População estimada de Amambai - MS**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=5000609>> Acesso em: 26. Abr. 2018.
- LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – **Brasília : Senado Federal**, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. – São Paulo: EPU, 1986.
- PEREIRA, Sara da Silva; SANTOS, Renato Barbosa. O psicopedagogo e a educação infantil: algumas considerações. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13º, 2017, Curitiba – PR. **Anais...** Curitiba, 2017.

PINHEIRO, Maria Margarida. **Concepções de infância e de educação infantil que permeiam a prática docente**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008. Disponível em

< <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14280/1/MariaMP.pdf> > Acesso em: 11.Jun.2018

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, Denise Moreira. **Como a psicopedagogia pode contribuir no tratamento das crianças autistas**. 2009. Monografia (Especialista em Psicopedagogia) - Instituto A Vez do Mestre – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro - RJ, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

SCALZER, Osana; SILVA, Fabiana Renata. SOBRE O OLHAR DO PSICOPEDAGOGO: a importância desse profissional no âmbito escolar. **Rev. Saberes**. 2º ed. p. 01-12, 2015. Disponível em:
< <https://facsapaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/ed2/12.pdf> >

SILVA, Andréa Pereira; ANDRADE, Dani Cristina de Castro; MORAES, Lúcia Enir. A criança enquanto sujeito do processo ensino-aprendizagem the child as a subject of the teaching-learning process. **Rev. FEOL- Um novo ensino para um novo tempo**. Ano 1, Número 1, Jan/Jul 2011.

SILVA, Carmem Virgínia Moraes; FRANCISCHINI, Rosângela. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. **Rev. Práxis Educacional**. Vol. 8, Número 12, p. 258-276, 2012. Disponível em:
< <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/746> >

SILVA, Jourdan Linder; LORENZINI, Vanir Perixer. A Psicopedagogia e o processo de formação de uma profissão ainda não regulamentada: o que dizem as pesquisas? . In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13º, 2017, Curitiba – PR. **Anais...** Curitiba, 2017.

SOARES, Matheus; SENA, Clério Cezar Batista. **A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar**. 2011. Disponível em:
<<http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74460590/126-130624014932-phpapp01.pdf>> Acesso em: 13. Jun. 2018

VIEIRA, Dulce. **O papel da psicopedagogia frente às dificuldades de aprendizagem**. 2011. Monografia. Disponível em:
< <http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2011/05/app-frente-as-dific-de-aprendizagem.pdf> >

VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara. **Etapas do desenvolvimento emocional**. Curitiba: Centro Reichiano, 2006. Disponível em:
< www.centroreichiano.com.br/artigos.html>

WEINSTEIN, Monica Andrade. Transtornos específicos da aprendizagem. **Rev. Desafio de Educar**, editada pelo SINPRO – Rio, 2010. Disponível em: < <http://www.fonolexus.com.br/upload/Suplemento%20SINPRO%20->

[%20Transtornos%20Espec%C3%ADficos%20da%20Aprendizagem%20-%20Monica%20Weinstein.pdf](#) >

ANEXOS

ANEXO A: Crianças atendidas na sala de recursos.



Fonte: Fotos cedidas pela psicopedagoga.

ANEXO B: Crianças aprendendo dentro e fora da sala de aula.



Fonte: Fotos cedidas pela psicopedagoga.

ANEXO C: Materiais diferenciados utilizados pela profissional.



Fonte: Fotos cedidas pela psicopedagoga.

ANEXO D: Aprendendo de maneira lúdica.



Fonte: Fotos cedidas pela psicopedagoga.